

Imagens do compromisso e da realização: que discurso é esse?

Rodrigo Oliveira Fonseca¹

¹Instituto de Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

roflin@yahoo.com

Resumo. *A discussão teórica do discurso por (e com) imagens nos permite repensar a própria relação língua-discurso, originalmente pensada na Análise do Discurso pecheutiana nos termos de base-processo. Acredito que no imagético (ainda mais que no lingüístico) a produção de efeitos ideológicos de evidência é constante. Para isso, apresento a análise de duas cartilhas ilustradas, materiais de promoção do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Na primeira cartilha, a discursividade imagética evoca uma memória do dizer e do visualizar que tece uma região de sentidos marcada por desafios e dificuldades. Prefeitura e movimento comunitário são apresentados enquanto sujeitos solidários e compromissados com uma gestão democrática. Na outra cartilha, o personagem-guia Cid Cidadão – tomando a posição discursiva e o plano visual anteriormente ocupados pelo sujeito do discurso Administração Popular – é peça importante no apagamento de compromissos e sujeitos. Os dizeres e visibilidades do movimento comunitário são silenciados, apagados e derrotados no processo discurso, ao ponto de sua participação já não fazer tanto sentido. Temos assim o deslizamento de um dizer/visualizar tenso rumo a práticas discursivas que desenham uma participação popular evidente, estabilizada e consensual: a participação no Orçamento Participativo.*

Abstract. *The theoretical argumentation of the discourse by (and with) images make us rethink about the own relation language-discourse, originally thought in the Pecheux's Discourse Analysis in terms of base-process. I suppose that in the imagery process (even more than in linguistic) the production of ideological effects of evidence is constant. Therefore, I present the analysis of two illustrated booklets of promotional material for the Participatory Budget in Porto Alegre. On the first booklet the image discourse evokes a memory of saying-viewing which deals with the region of senses marked by threats and difficulties. The City Hall and community movement are presented here as solidary subjects engaged in the democratic administration. On the other booklet, the character-guide, Cid Citizen, Cid Cidadão, takes the discursive position and visual plan previously occupied by the subject of Popular Administration – an important piece to extinguished commitments and subjects. The sayings and viewings of the community movement are silenced, erased and defeated in the discursive process, whose participation might already make no sense. Finally, we overlook a tense saying/viewing towards discursive practices that figures in an evident, established popular participation in accordance: the participation in the Participatory Budget.*

Palavras-chave: análise do discurso; imagem; orçamento participativo.

1. Por uma análise do discurso para além do lingüístico

A discussão teórica do discurso por (e com) imagens nos permite repensar a própria relação língua-discurso, originalmente trabalhada na análise do discurso pecheutiana nos termos de base-processo. Acredito que no imagético (ainda mais que no lingüístico) a produção de efeitos ideológicos de evidência é constante, por mais paradoxal que possa ser pensarmos em *imagem transparente*. Em geral, todo o campo científico marcado pelas contribuições saussurianas parece continuar aceitando que a forma correta de analisar os fenômenos de linguagem deve partir das sistematicidades da língua. Até onde sei, não houve resposta ao apelo de Pêcheux a favor de uma teoria dos gestos como ato simbólico¹, assim como continuam marginais as importantes iniciativas de ampliação do objeto da análise do discurso contidas nos trabalhos de Eni Orlandi sobre o silêncio e o de Tânia Conceição Clemente de Souza sobre a imagem nos meios de comunicação².

Foi justamente com base neste último trabalho e em algumas observações de Pêcheux sobre a relação imagem/memória, que resolvi retomar algumas análises realizadas sobre o discurso participacionista³. Além da discursividade nos dizeres de duas cartilhas de promoção do Orçamento Participativo, e especificamente nos dizeres de compromisso e realização, haveria uma discursividade própria nas suas imagens? Estas seriam apenas a ilustração do texto verbal ou seriam a base para outros discursos?

2. O cenário e o discurso participacionista

Juntamente a experiência local do Orçamento Participativo nos seus primeiros anos em Porto Alegre (a gestão do prefeito Olívio Dutra, de 1989 a 1992), constitui-se um *cenário discursivo* (INDURSKY, 1997) *de apelo à cidadania*, mobilizado pelo imaginário dos sujeitos, que tende ao silenciamento do papel do Estado e do mercado na reprodução da ordem social, contrapondo-se a alguns efeitos da efervescência associativista da década de oitenta em seu perfil classista, quando o Estado e suas agências são o alvo invariável das mobilizações.

Esta primeira gestão da Frente Popular na capital gaúcha corresponde a um terceiro ciclo nacional de prefeituras democráticas (FONSECA, 2005), quando o Partido

¹ Para Pêcheux muitos problemas ficavam sem solução na medida em que não se avançava em direção a uma teoria dos gestos, dos “movimentos diversos que tornam possíveis intervenções”, como os aplausos, o riso, o tumulto, os assobios, in *Análise Automática do Discurso*, GADET & HAK (org), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997: p.78.

² Respectivamente: *As Formas do Silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995; e *A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação*. Rua, Campinas, 7: 65-94, 2001.

³ Rodrigo Oliveira Fonseca, *Dos fins aos meios, da história ao discurso: enquadramento e ampliação no Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Departamento de História / Pontifícia Universidade Católica do Rio (dissertação de mestrado), 2005. Toda a parte específica de análise do discurso das cartilhas foi feita sob orientação da Prof. Dra. Bethania Mariani, enquanto que a parte de história e o conjunto do trabalho tiveram orientação do Prof. Dr. Luís Reznik.

dos Trabalhadores passa a administrar municipalidades que correspondem a cerca de 20% do eleitorado brasileiro. No campo do discurso participacionista, que desde os últimos anos do regime civil-militar vinha sendo trabalhado na perspectiva da autonomia de classe e da democracia direta, insinuam-se cada vez mais modelos de participação negociada, combinando formas semidiretas de participação, parcerias com a iniciativa privada, ONGs e organizações populares no desenvolvimento de projetos econômicos, configurando uma “diluição nas marcas ideológicas” do participacionismo (SOARES & GONDIM, 2002). É possível então identificar uma ruptura na passagem do processo de organização popular para o de sustentação política dos governos municipais petistas, marcada pela própria transferência de seus mais experientes militantes para a burocracia político-administrativa (BITTAR, 1992).

Dessa nova posição (histórica e discursiva), a esquerda passa a trabalhar efeitos de sentido tais como o de responsabilidade social diante da *coisa pública*, exercendo então um papel complementar ao discurso liberal de pragmatismo econômico e intocabilidade do mercado. Se por um lado o neoliberalismo mitifica o mercado enquanto agente promotor do desenvolvimento, há por outro lado um discurso de esquerda que mitifica a sociedade civil enquanto promotora da justiça social. É quando a questão das parcerias e da cooperação do setor privado com o público entra na pauta das administrações de esquerda (BITTAR, op.cit.), tomando a responsabilidade de todos os setores da sociedade com a “coisa pública” como um fator evidente. Fabrica-se com isso uma desideologização do funcionamento do Estado e a responsabilização dos indivíduos perante a busca de soluções dentro da ordem (vista como inquestionável e única possível).

Inspirado na luta pela constituição dos Conselhos Populares enquanto órgãos de poder comunitário, o Orçamento Participativo nascia em 1989, ainda sem esse nome, em meio a todos esses deslocamentos no campo discursivo da participação popular, apresentando-se como a busca de uma nova relação entre os movimentos populares e o poder público, e como consagração do intenso processo de organização comunitária que se deu ao longo da década de oitenta.

3. O discurso das cartilhas de promoção do Orçamento Participativo, em sua base verbal

Na primeira cartilha analisada, *Orçamentação: uma conquista*, de 1989, trabalha-se no fio do discurso o compromisso da prefeitura com a organização e soberania popular. Tratava-se de superar experiências anteriores em que a prefeitura tentou impor formas organizativas como condição à participação popular em setores e decisões da administração municipal. É o que podemos ver nas seqüências abaixo:

- (1) *A construção de uma cidade melhor passa pela organização e construção da soberania popular.*
- (2) *O compromisso da administração popular é com a soberania popular e com a soberania da comunidade.*
- (3) *Esse compromisso passa pela elaboração de um orçamento programa geral para o próximo ano.*

Este *compromisso com a soberania popular/da comunidade* é o que legitima o sujeito do discurso *Administração Popular* a partir da memória de auto-organização comunitária e da autonomia do movimento comunitário diante das instâncias do Estado. As comunidades organizadas de Porto Alegre são os sujeitos reconhecidos no discurso (em outras seqüências), como são também os destinatários (histórica e imaginariamente) dele. Não há neste momento uma metodologia de participação na discussão do orçamento municipal, apenas a manifestação da vontade política da prefeitura em realizar esta reivindicação histórica. Num horizonte maior o que está colocado, porém, é esta evocação da *soberania popular*, que, na luta ideológica daquela conjuntura, funciona como ponto de deriva para os desejos de superação da democracia representativa.

Na segunda cartilha, de 1992, este compromisso assim nomeado desaparece. Ou transmuta-se. Material colorido, muito mais atraente que o primeiro, não deixa, porém, de trazer censuras já no seu título: *Orçamento Participativo 93, nada se consegue de mão beijada!*⁴ Uma cartilha de promoção da participação popular que começa com este *nada se consegue*, necessariamente pressupõe certo número de ações realizadas pela atual gestão municipal, sendo a principal delas:

(4) *Desde 1989 a Administração Popular promove o Orçamento Participativo.*

Como o que me interessa aqui é desenvolver o par compromisso-realização em duas cartilhas desta primeira gestão da Frente Popular em Porto Alegre, restrinjo-me a apresentar somente mais algumas seqüências discursivas que possam ilustrá-lo.

(5) *Através de um processo de discussão em todos os bairros, comunidades e associações de moradores da cidade, a população é que decide as prioridades de governo a serem realizadas!*

(6) *Em cada microrregião as entidades representativas realizam reuniões de moradores para as obras e serviços que as comunidades necessitam.*

(7) *Nestas reuniões as entidades apresentam as reivindicações e elegem seus representantes e delegados*

Já não se mobilizam desejos de superação da ordem política. Apresenta-se o funcionamento de um dispositivo de participação, um *processo de discussão em todos os bairros, comunidades e associações de moradores da cidade* para listar necessidades das comunidades (dentre as centenas que estas possuem), numa ordem de prioridades, na forma de reivindicações objetivas, baseadas nos problemas e deficiências *do bairro*. O bairro é a realidade específica, o universo sócio-político no discurso do Orçamento Participativo e de seus sujeitos. Promove-se o desaparecimento (no discurso⁵) de outros sujeitos: da prefeitura, que só é dita duas vezes na cartilha, e do movimento comunitário, que só aparece indiretamente quando são mencionadas as reuniões

⁴ Não custa lembrar que aquilo que se discute e delibera na peça orçamentária é sempre referente ao ano seguinte, assim como que 1992 era ano de eleições municipais.

⁵ Este é um fenômeno que estou pesquisando agora no doutorado, chamando de *interdição diluidora*, um tipo de estratégia discursiva que se dá em meio a práticas políticas e discursivas de alianças assimétricas, onde um determinado conjunto de sentidos e sujeitos (uma formação discursiva) aparece de forma diluída, interditada, a favor de outros sentidos e sujeitos (outra formação discursiva).

regionais de discussão do orçamento. A única vez em que o movimento ou um sintagma correspondente aparece dissociado destas reuniões é no sentido de desmobilizá-lo:

(8) *As comunidades têm centenas de reivindicações, mas a receita da prefeitura não é suficiente para resolver tudo.*

Em minha dissertação sobre a história do movimento comunitário e o discurso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, analisei os deslocamentos simbólicos da primeira à segunda cartilha. Resumindo os resultados a que cheguei, a partir da análise do *discurso fundador* (ORLANDI, 1993) do Orçamento Participativo, percebi que há uma diferença fundamental em relação aos modos de subjetivação de cada uma, sobretudo pelo deslocamento do compromisso (histórico e subjetivo) com a soberania popular em direção ao dispositivo (inovador e objetivo) do orçamento discutido com as comunidades – com uma tecnologia de participação já estabelecida; com um conjunto já estabelecido de entidades representativas. O compromisso participacionista, ao final da gestão do prefeito Olívio Dutra, é com a ampliação numérica da participação no Orçamento Participativo. Rouba a cena dos sujeitos desejantes de participação popular, característicos da década de oitenta, um novo sujeito histórico e imaginário, o *qualquer um*, o você-indivíduo, voluntário e cidadão, peça elementar do cenário discursivo da cidadania nos anos 90. Desta forma, passa a ser discursivizada uma participação enquadrada (em seus horizontes), circular (em suas práticas), e que finge (entrediz) prescindir de sujeitos particulares para legitimar-se no conjunto da sociedade civil.

4. O discurso imagético: desafios teóricos e analíticos

Mais que sobrepor uma interpretação a outras, seja esta expressão de um olhar técnico ou imaginativo, será possível analisar as imagens abaixo de forma a atingirmos o que em análise do discurso chamamos o *processo discursivo*? Podemos, parafraseando PÊCHEUX (1969: 79), referir um discurso por imagens ao conjunto de discursos possíveis⁶ a partir de um estado definido das suas condições de produção? Podemos, agora apoiados em PÊCHEUX e FUCHS (1975: 180-2), construir um objeto discursivo a partir da “de-sintagmatização” destas imagens? Apenas forçar uma aplicação do método desenvolvido para a análise da materialidade verbal não nos levaria muito longe, ou, o que seria pior, provavelmente nos conduziria a um processo de análise estéril e incapaz de referir-se às práticas ideológicas reais e à contradição de dois mundos em um só (PÊCHEUX: 1977).

É desta forma que tento seguir os passos de SOUZA (2001: 74):

Do ponto de vista ideológico, a interpretação da forma material da imagem pode se dar a partir da ausência (silenciamento) de elementos próprios da imagem dando lugar aos apagamentos de natureza ideológica. Pode se dar também a partir do simbólico, da iconicidade. Ler uma imagem, portanto, é diferente de ler a palavra: a imagem significa, não fala, e vale enquanto imagem que é. Entender a imagem como discurso, por sua vez, é atribuir-lhe um sentido do ponto de vista social e ideológico, e não proceder à descrição (ou segmentação) dos seus elementos visuais.

⁶ Ou ainda, a um *campo semântico*, de acordo com a matriz harrisiana do método original de análise do discurso, cf. GADET, LEON, MALDIDIER & PLON, Apresentação da conjuntura em Lingüística, em Psicanálise, e em Informática Aplicada ao Estudo dos Textos na França, em 1969 in GADET & HAK (org.), op.cit., p. 43-44.

Não devemos, pois, para atingir o processo discursivo, produzir uma segmentação da imagem, o que me parece ser um dos procedimentos das análises semióticas ao estabelecer relações (estéticas, lógicas ou arquetípicas) entre as partes visíveis de uma imagem. Interessa antes à análise do discurso identificar um jogo entre imagens, um jogo que funciona diferente dependendo da forma pela qual estas imagens são presentificadas (cinema, televisão, pintura, imprensa, outdoor, cartilha ilustrada,...). É verdade que este jogo pode e deve ser estendido para o “interior” de uma imagem, mas de forma a ressaltar a heterogeneidade de seus operadores discursivos, ressaltando exatamente aquilo que nos joga para fora das imagens, para o discursivo, para isso que SOUZA (op.cit.: 81) chama de *policromia*, rede de elementos (visuais, implícitos ou silenciados), que trabalham a textualidade própria da imagem, a partir de suas cores, ângulos, sombras etc., e instauram a produção de outros textos não-verbais. As imagens propriamente ditas não são visíveis “em si”, elas se tornam visíveis a partir de um trabalho (historicamente determinado) de interpretação do olhar, que projeta outras imagens e assim constrói uma rede de sentidos em meio a disputas e coerções.

Sinto-me aqui no dever herético de apresentar e contestar (em parte...) algumas considerações de PÊCHEUX (1983a) sobre o trabalho de interpretação das imagens. Em Paris, numa mesa redonda em que o tema era o papel da memória, Michel Pêcheux debate com a exposição anterior do semioticista Jean Davallon, indo ao encontro da tese de que a imagem traria consigo um “programa de leitura”⁷. Desenvolvendo a posição de Davallon, que fala da *passagem do visível ao nomeado* enquanto ritual de memória (*recitação de um mito*) detonado por imagens, Pêcheux diz que isso pressuporia transparência na compreensão da imagem, que funcionaria como um diagrama, representação gráfica-analógica de um fenômeno.

Trazendo a reflexão para o campo discursivo, a questão que se coloca para Pêcheux é a de como localizar este programa de leitura, estes “famosos implícitos”. E provoca: “estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto?”. Fundamental, então, seria pensarmos num jogo de forças na “divisão da identidade material do item”: o tenso jogo da metáfora, “uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”, sob o impacto/o choque do acontecimento histórico e discursivo.

A questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições) (PÊCHEUX, 1983a: 55).

Estou de acordo com esta posição de Pêcheux a favor da exterioridade, do real histórico como “causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior” (idem: 56). Estando no campo do discursivo deve-se reconhecer a

⁷ Para Davallon a imagem é “antes de tudo um dispositivo que pertence a uma *estratégia de comunicação*”, reforçando a concepção de *uso* da imagem. Jean Davallon, A imagem, uma arte da memória? in ACHARD et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999, p. 30. Também Tânia SOUZA refere-se ao *uso* das imagens nos meios de comunicação. Penso ser muito mais justa e produtiva a noção de *trabalho*, tal como a mobilizam os teóricos marxistas e Bethania Mariani, numa comunicação recente em Cáceres, na UNEMAT.

instabilidade, a abertura e o funcionamento do simbólico a partir do jogo de forças histórico-ideológicas⁸.

O problema para mim está na sua consideração das limitações da imagem enquanto linguagem, bastante parecida com as considerações de Paul HENRY (1977) e talvez com as da maioria dos estudos do simbólico. De uma forma geral, todos parecem concordar com Charles Peirce, para quem as imagens seriam apenas ícones (e ícones pobres, podendo representar somente as “qualidades simples” do significado, cf. JAKOBSON, 1974). Definem-na pelo que ela não é, em comparação com o verbal: ela seria incapaz de negar, interrogar, generalizar, definir tempos, repetir, parafrasear⁹... Sua relação significante/significado ou expressão/conteúdo ou materialidade/sentido não seria (tão?) arbitrária, não ofereceria (tanta?) possibilidade de jogo (quanto à língua?). Paul HENRY (op.cit.: 172-3) chega mesmo a dizer que, por tudo isso, a imagem não é linguagem.

Separar *língua* de *linguagem* foi um gesto saussuriano para a constituição da cientificidade da primeira, que passou a ser pensada enquanto objeto científico, livre da heterogeneidade da segunda. Michel Pêcheux, que no início tanto se apoiou nas sistematicidades e cientificidade da lingüística, ao final de seu trajeto teórico lançou questões sobre o fato deste mesmo campo científico poder ser considerado, “de modo complexo, equívoco, ambíguo...”, uma disciplina de interpretação tal como a história e a psicanálise (1983b:54). Certamente não será aqui e nem serei eu que tentarei responder a esta questão espinhosa. Quero dizer, entretanto, que quando Pêcheux, neste mesmo texto, afirma que inexistem universais no icônico, parece concordar com Davallon no que diz respeito a uma necessária passagem *do visível ao nomeado*, ao recitável, reforçando exatamente aquilo que Tânia C. Clemente Souza recusa: a necessidade de se ler as imagens a partir de palavras, de submeter o não-verbal ao verbal.

Baseado em JAKOBSON (op.cit.: 104), arrisco afirmar que todo signo, seja ele da natureza que for, possui qualidades icônicas, indicativas e simbólicas, o que significa dizer que todos os signos: são um convite à formação de imagens (analogicas/metafóricas/icônicas); são pistas de leitura (metonímicas/indiciáticas); e são ideológicos (sintetizadores/simbólicos). Importante ressaltar, porém, que tal “empréstimo” da semiótica peirceana para o campo discursivo não se faz sem deslocamentos e apropriações. Estas qualidades dos signos não estão naturalmente dadas ou socialmente convencionadas. Historicamente determinadas, elas se realizam em seu próprio funcionamento, sob determinadas condições de interpretação, podendo aí sim um signo ser trabalhado de forma mais icônica, indiciática ou simbólica. No final

⁸ Sem querer ser esquemático, mas tentando explicitar a perspectiva materialista, diria que não podemos separar as três instâncias do funcionamento do discurso, que demanda da *linguagem*, é determinado pela *história* e se realiza através do trabalho de (e para) um *sujeito*: condições de possibilidade, de determinação e de realização.

⁹ Acredito que todas estas considerações de alguma forma prolongam os gestos que vêm se sucedendo, desde a criação do alfabeto grego, de fragmentação das práticas de linguagem. A partir do estudo do historiador Eric Havelock, em *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais* (São Paulo: UNESP, 1996), podemos pensar a constituição da nova linguagem escrita como artefato manipulável e propenso à reflexão elitista e solitária, separada da movimentação corporal, da musicalidade e do mundo compartilhado de forma comunitária, para além do ouvido, da boca, do toque e até mesmo do olho, visto que surge uma nova discursividade ao mesmo tempo conceitual e moral.

das contas, toda formalização e teorização precisará submeter-se ao fundamental princípio teórico-analítico (científico-interpretativo) da eterna busca do *ver mais* e *ver além*, não cedendo às tentações redutoras e idealistas do formalismo e do logicismo, sejam eles binários, triádicos ou mesmo dialéticos.

4.1. O discurso imagético da cartilha de 1989

Vejam os quanto estas questões podem auxiliar ou não a análise do discurso imagético. A primeira imagem é justamente a da capa da cartilha de 1989:



Figura 1.

Pela memória discursiva (no jogo com outras imagens) vemos que se trata de uma passeata, onde uma multidão a perder de vista se aproxima, vindo ao encontro do leitor/do presente, trazendo as propostas (e as imagens) daquilo que pelo texto verbal vimos que se relaciona(rá) à construção da soberania popular. Os punhos esquerdos levantados, a densidade de pessoas, o caminho sem obstáculos, as faixas, são todos operadores discursivos de textualização verbal e não-verbal das manifestações populares que à época se avolumavam nas grandes capitais brasileiras.



Figura 2.

Abrimos a cartilha e o jogo de imagens vai tomando um rumo diverso. Conjuntamente à seqüência textual que vimos acima, referente à insuficiência de receita da prefeitura¹⁰ para atender a todas as reivindicações das comunidades, temos esta imagem que em princípio está ali para ilustrar o texto.

Mas será que a visibilidade desta imagem apenas sublinha a interpretação do verbal? Penso que não. A multidão, que vinha sem ter o que lhe impedisse a marcha, adquire aqui a forma de uma mão gigante e impiedosa. Do discurso de um movimento comunitário enquanto sujeito coletivo que caminha e avança sobre suas próprias pernas, discurso sugerido na capa da cartilha, passamos a outro discurso, cujo enquadramento (importante operador discursivo, delimitando campo e extra-campo de visibilidade) desvia para a figura do administrador público. Este é apresentado como duas vezes vítima: dos recursos, que são poucos, e das comunidades organizadas, que pressionam. Seu olhar para a mão gigante é de repreensão. Mas ele é um “pobre coitado”, um simples funcionário público que, por não apresentar traços que poderíamos chamar de particulares (está longe de parafrasear/imitar a imagem do prefeito Olívio¹¹), passa a ter o seu cotidiano tematizado a partir de um deslizamento para as difíceis condições de vida de um trabalhador comum, chefe de família.



Figura 3.



Figura 4.

Estas imagens acima irrompem ao lado da tematização verbal do orçamento municipal, que é parafraseado com o orçamento de uma família de trabalhadores. Seriamente acuado diante dos dilemas em administrar o cotidiano, apertando os cintos para as calças não caírem, o funcionário/o trabalhador, cheio de filhos novos, chora e pensa em roubar (ou cometer suicídio? Ou abandonar o cargo?). Essa textualidade é construída no silenciamento (ausência de imagens de desdobramento/seqüencialidade) da marcha das comunidades organizadas, assim como na policromia que evoca imagens de crise administrativa e pressões dos movimentos populares, que circulavam com fartura na imprensa gaúcha do período.

¹⁰ Vale ressaltar que aí se utilizam os sintagmas *prefeitura* e *administração pública*, e não *Administração Popular*, como ocorre na maioria das passagens da cartilha.

¹¹ O que, inclusive, nos sugere que a capacidade de generalização não é exclusiva do signo verbal. Uma imagem também pode significar (no interior de uma cultura, ou melhor, nas palavras de SOUZA, a partir de “pontos de estabilização de processos discursivos”) *o homem, o trabalhador, o administrador*.

Acontece que, na seqüência, fechando esse percurso das imagens da primeira cartilha (no que diz respeito ao personagem enquadrado), vemos mais um deslizamento, agora fazendo uma retomada da imagem inicial do movimento comunitário. Uma retornada em termos...



Figura 5.

Toda a tensão e o aspecto político da discussão orçamentária são silenciados. Projeta-se um ideal, sorridente e solitário sujeito reivindicante no fim da cartilha – invariavelmente sem forças para quaisquer outras ações que não passem por esta mesma que está sendo proposta, *vamos discutir o orçamento*. Mas que orçamento? O que há de recursos para se discutir?... Seguindo a policromia do jogo de espelhos funcionário municipal/trabalhador chefe de família/militante das comunidades organizadas, percebemos o próprio apagamento, a contenção e o deslizamento do compromisso com a soberania popular, eixo do discurso verbal nesta cartilha.

Da passeata sem barreiras ao chefe de família sem nome, cheio de filhos e contas, desprovido de voz, desesperado em resolver seus problemas, e que só sorri na última hora (para demonstrar solidariedade à prefeitura, que verá como discutir conjuntamente suas reivindicações e aumentar as receitas do município). O primeiro discurso verbal, de reconhecimento e potencialização do papel movimento comunitário, não encontra paralelo no discurso imagético, a não ser que se leia a passeata da capa a partir do sintagma *soberania popular*. Acredito, porém, que as imagens tratam efetivamente de *represá-lo*. Nesta tensão desenhada, no fechamento que se dá com o deslizamento da solução proposta (o compromisso), tal “represa” parece, no entanto, prestes a estourar e recolocar todo “um enredo denso de promessas”, nas palavras de Umberto ECO (1993) sobre a linguagem das histórias em quadrinhos.

4.2. O discurso imagético da cartilha de 1992

Se na primeira cartilha, a discursividade imagética evoca uma memória do visualizar que tece uma região de sentidos marcada por expectativas e dificuldades, nesta segunda, agora colorida e mais fiel ao estilo história em quadrinhos, a presença constante do personagem-guia Cid Cidadão é peça importante no apagamento deste campo semântico anterior. Cid Cidadão toma a posição discursiva e o plano visual antes ocupados pelo

sujeito do discurso *Administração Popular*, que “se confundia” com o funcionário municipal, o trabalhador chefe de família e o militante do movimento comunitário.



Figura 6.

Cid Cidadão de braços abertos na capa (o esquerdo e o direito, se é que é preciso dizer), à frente de traços/ícones da cidade de Porto Alegre (o Gasômetro, o Guaíba, a Ponte do Guaíba, o prédio do Centro Administrativo), com o balão de texto que o coloca como enunciador de *nada se consegue de mão beijada!*,... são todos operadores discursivos que trabalham a favor de um outro enredo, de uma outra textualidade, onde os enunciados da prefeitura se dispersam para a hipotética fala de um cidadão comum (de traço mais estilizado, menos realista, que por isso se “confundiria” mais facilmente com todos e com ninguém). A visibilidade do movimento comunitário (passeatas, faixas, cartazes, palavras de ordem, punhos esquerdos estendidos) se dilui ao ponto de quase não ser mais reconhecível¹².

Também as dificuldades referentes à falta de receitas orçamentárias (do município e da *sua casa*, que são novamente parafraseadas) adquirem outra textualidade visual:



Figura 7.

¹² Observemos também o símbolo/marca do Orçamento Participativo de 1992. É possível ver aí alguma analogia com a passeata da primeira cartilha?

Apesar da pilha de contas ser volumosa, o tamanho e o destaque dado ao dinheiro (receita) está longe de parecer-se com aquele magro saquinho no chão visível na primeira cartilha. E no final desta página Cid Cidadão volta a levantar os braços, dizendo *Orçamento é isso! Ver quanto se tem de dinheiro e planejar as despesas!* Ponto.



Figura 8.

Figura 9.

Figura 10.

De forma análoga ao que acontece no discurso textual, no discurso imagético a *reunião* passa a ser a única forma de visualização do movimento comunitário. Em relação aos planos secundários/de fundo destas três imagens, seja no espaço aberto e arborizado dos bairros (figura 8), seja no espaço fechado das entidades representativas (figura 9), seja no espaço do conselho de representantes populares (figura 10), que representa o Centro da Cidade, identificamos operadores discursivos que, em seu jogo, policromia e opacidade, permitem o deslizamento da interpretação para outras imagens relacionadas ao lugar e ao papel dos *moradores* (algumas mãos levantadas, outras não, em meio a uma votação rápida entre pessoas de pé), das *entidades* (as lideranças estão no extra-campo, fora do enquadramento), e dos 32 *representantes populares* (não há divergência aparente, cada um se posiciona para aparecer bem na “foto”).



Figura 12.

Para finalizar, as imagens finais da segunda cartilha. No plano de fundo, atrás do sempre sorridente Cid Cidadão (que convida a *você também* para participar de *reuniões* e ajudar a decidir as mudanças *no seu bairro*), uma escola e um conjunto de casas que textualizam imageticamente a realização de obras e serviços sociais pela prefeitura, imagens outras que, bem ou mal, são projetadas nos noticiários televisivos, na imprensa, em outdoors etc. Seriam todas essas imagens - visíveis, implícitas, cortadas, silenciadas - partes fundamentais de um trajeto de leitura que não é intrínseco, não é pré-estabelecido nem convencionalizado, mas que sob a pressão determinante dos conflitos e posicionamentos ideológicos nos permite *ver* o discurso da realização.

5. Considerações e esclarecimentos

Dizeres e visibilidades nem sempre caminham juntos, nem sempre trabalham os mesmos processos discursivos. Vimos que essa relação é distinta na primeira e na segunda cartilha, havendo uma proximidade muito maior na cartilha do final da gestão - o que ainda assim não significa dizer que sua visibilidade *só pode* ser interpretada a partir de uma tradução verbal.

São dois processos discursivos e diferentes materialidade em sua base, no discurso tenso do compromisso entre sujeitos¹³ e no discurso lúdico da realização objetivada; no enredo denso e aberto, prestes a estourar, de 1989, e na história circular de 1992, promotora de um mecanismo de participação de sujeitos indiferenciáveis, imaginariamente sem experiência histórica anterior, sem compromissos e desafios outros que não aqueles que cabem numa reunião para elencar prioridades dentre prioridades, urgências dentre urgências.

Não me situo entre os esquerdistas que, aferrados às fórmulas, mantêm-se indiferentes às pequenas (mas fundamentais) conquistas obtidas por dentro da ordem institucional. Toda minha pesquisa no campo da história do movimento comunitário porto-alegrense, assim como na área do discurso participacionista, é para mim uma homenagem a estes lutadores comunitários que ontem e hoje arrancaram e arrancam tempo de suas vidas para obterem, com mobilização, o que lhes deveria ser garantido por direito. Suas lutas me animaram a refletir o que acontece na passagem dos fins aos meios, o que se perde na captura das experiências (de lutas e enfrentamentos) pelos dispositivos (de gestão a manutenção da ordem). O que falha na história e significa no discurso.

O movimento comunitário porto-alegrense dos anos oitenta foi efetivamente derrotado no processo discursivo instaurado a partir da nova posição histórica assumida por alguns de seus aliados. Foi derrotado nas suas formas de subjetivação (RANCIÈRE, 1996), ao ponto de expressões como *soberania popular* já não mais fazerem tanto sentido. Recuperar estes deslizamentos de um dizer e de um visualizar tenso e potencialmente transformador rumo a práticas discursivas que desenham uma participação popular evidente, estabilizada e consensual, é também se permitir ver mais e ver para além da superfície de derrotas e acomodações ao longo do tempo, para reencontrar os desejos e a práxis daqueles que viram e fizeram antes de nós.

6. Referências e Citações

ARAÚJO, Inesita. *A reconversão do olhar*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2000.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

¹³ Importante dizer aqui: sujeitos, em geral, de experiência histórica comum, os do movimento comunitário e os da Frente Popular, fato ressaltado e analisado em minha dissertação.

- BITTAR, Jorge (org.). *O modo petista de governar - Caderno Especial de Teoria & Debate*. São Paulo: Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT/Diretório Regional de SP, 1992.
- DAVALLON, Jean. “A imagem, uma arte da memória?” in ACHARD et. al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1993 (5ª edição).
- FONSECA, Rodrigo Oliveira. *Dos fins aos meios, da história ao discurso: enquadramento e ampliação no Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Departamento de História / Pontifícia Universidade Católica do Rio (dissertação de mestrado), 2005.
- GADET, F., LEON, J., MALDIDIER, D. & PLON, M., Apresentação da conjuntura em Lingüística, em Psicanálise, e em Informática Aplicada ao Estudo dos Textos na França, em 1969 in GADET & HAK (org), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- HAVELOCK, Eric. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. São Paulo: UNESP, 1996.
- HÉNAULT, Anne. *História concisa da semiótica*. São Paulo: Parábola, 2006.
- HENRY, Paul (1977). *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MARIANI, Bethania. Sobre sujeito e língua em alguns textos e conceitos fundadores: uma retomada em Althusser e Lacan. Texto apresentado no II CEPPEL, Cáceres, Unemat, julho de 2008 (não publicado).
- ORLANDI, Eni (org.). *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- _____. *As Formas do Silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001 (3ª ed.).
- PÊCHEUX, Michel (1969), Análise Automática do Discurso (AAD-69) in *Análise Automática do Discurso*, GADET & HAK (org), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. (1977) Remontemos de Foucault a Spinoza. Xerox. Tradução de Maria do Rosário Gregolin.

- _____. (1983a) *Papel da memória*. ACHARD et. al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. (1983b) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (2ª ed.) Campinas, SP: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas in *Análise Automática do Discurso*, GADET & HAK (org), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE – ADMINISTRAÇÃO POPULAR, Cartilhas (xerox), 1989 e 1992.
- RANCIÈRE, Jacques, *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SILVA, Ilse Gomes, Democracia e participação na “reforma” do estado. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOARES, José Arlindo & GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local, in SOARES, J.A. & CACCIA-BAVA, S., Os desafios da gestão municipal democrática. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, Tânia Conceição Clemente. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. *Rua*, Campinas, 7: 65-94, 2001.